

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.506 - RS (2013/0137500-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A
ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR TRICOT SANTOS - RS032882
SILVANIA ANDRIOTTI TRICOT SANTOS
RECORRIDO : ALEXANDRE NUNES DA SILVA
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO COSTA SOUZA - RS017407
BETINA MARC - RS052428

EMENTA

PROCESSO CIVIL. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. SFH. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Ação de revisão de contrato de mútuo habitacional.
2. É vedada a capitalização de juros em qualquer periodicidade nos contratos celebrados no âmbito do SFH. Não cabe ao STJ, todavia, aferir se há capitalização de juros com a utilização da Tabela *Price*, por força das Súmulas 5 e 7 (REsp 1.070.297/PR, 2ª Seção, DJe de 18/09/2009).
3. A repetição e/ou compensação dos valores pagos a maior, nos contratos bancários, independe da prova de que o devedor tenha realizado o pagamento por erro (Súmula 322/STJ);.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 29/06/2010.

Concluso ao gabinete em: 29/07/2019.

Ação: revisional ajuizada por ALEXANDRE NUNES DA SILVA em face do recorrente, na qual requer o recálculo das prestações devidas no contrato de mútuo entabulado entre as partes, bem como a devolução dos valores pagos a maior, devido a abusividade nas cláusulas contratuais do

Superior Tribunal de Justiça

referido contrato.

Sentença: julgou parcialmente procedente a demanda determinando i) o realinhamento contratual com afastamento de cláusulas abusivas; ii) o afastamento da amortização pela Tabela price e, por consequência, a capitalização mensal de juros; iii) o afastamento da taxa de 0,5% ao mês remuneratório do capital poupado que integra a TR; iv) deferir a compensação, condenando o recorrente à devolução dos valores cobrados em excesso.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pelo ora recorrente, apenas para determinar a compensação dos honorários advocatícios, nos termos da seguinte ementa:

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA, COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA, CESSÃO E OUTRAS AVENÇAS.

1. Aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de mútuo habitacional. Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Capitalização mensal dos juros (anatocismo) e Tabela Price. O sistema jurídico nacional veda a capitalização dos juros, exceção feita às hipóteses legalmente previstas (súmula 93 do superior tribunal de justiça). Sendo a Tabela Price, pela sua fórmula exponencial, geradora do anatocismo, deve ser banida do contrato, contando-se os juros de forma simples e linear. Eventuais saldos resultantes da revisão do contrato devem ser compensados, de forma simples, de modo a impedir que se legitime o locupletamento indevido.

3. Compensação de honorários advocatícios. Em havendo sucumbência recíproca das partes cabível a compensação dos honorários advocatícios, a teor do disposto na Súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.
(e-STJ fl. 282)

Recurso especial: alega violação dos arts. 6º, alínea "c", e 17 da Lei 4.380/64; 354 e 877 do CC; 2º, § único e 5º da Lei 8.692/93 e 4º do Decreto 22.626/33, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que a taxa de juros "(...) prevista está, em um patamar aceitável, quiçá abaixo do que usualmente é cobrado por instituições financeiras em contratos assemelhados." (e-STJ fl.

301) Defende a legalidade da utilização da Tabela Price na amortização das parcelas.(e-STJ 296/313)

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/73.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a existência de desequilíbrio contratual, legalidade e validade dos encargos contratados, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

- Da orientação consolidada na jurisprudência do STJ

A jurisprudência do STJ, a respeito da matéria impugnada pelo recorrente, firmou-se no sentido de que:

(i) a taxa de juros remuneratórios, verificada sua abusividade, deve ser limitada à taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil (REsp 1.061.530/RS, 2ª Seção, de minha relatoria, DJe 10/03/2009);

(ii) é admissível a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados a partir da publicação da MP 1.963-17 (31.3.00), desde que seja pactuada (REsp 1.112.879/PR, 2ª Seção, de minha relatoria, DJe 19/05/2010) e

(iii) a repetição e/ou compensação dos valores pagos a maior, nos contratos bancários, independe da prova de que o devedor tenha realizado o pagamento por erro (Súmula 322/STJ).

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e

Superior Tribunal de Justiça

255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora